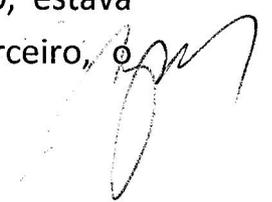


**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-
CMDU**

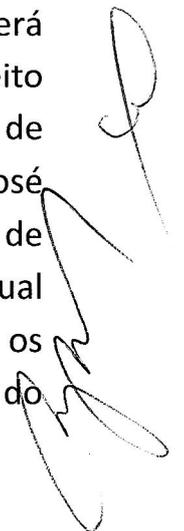
Data: 03 de Dezembro de 2024-Horário: 09:30hs

Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, Presidente Manara inicia a plenária, enquanto é certificado a questão do quórum, passa algumas informações que julga oportunas para um colegiado como o CMDU. Primeiro, um relato do que foi a experiência de participar do Smart City em Barcelona, ele e prefeito Anderson Farias, secretário de mobilidade, Glaucio Lamarca, e secretário de segurança, Bruno. Encontro enorme, já tradicional, promovido anualmente em Barcelona. São três grandes galpões, para recepcionar esse tipo de feira, congresso, debates, e percebeu que metade dos expositores, por exemplo, a China estava com um stand gigantesco, Coreia, França, Alemanha, países árabes, Estados Unidos, Espanha, enfim, o mundo todo, e metade desses expositores trazendo propostas de governança pública baseado na inteligência, por isso o Smart City, baseado em sistemas inteligentes de gerenciamento integrado, que demandam, obviamente, um esforço muito grande de integração e leitura de bancos de dados unificados da cidade, a cidade que tem toda a semaforização controlada, sistemas de agendamentos, atenção à saúde, para tudo quanto é tipo de segmento que compõe o acervo de serviços públicos, uma infinidade de ofertas do sistema de pensar de uma cidade inteligente. Mas já há uma carga muito grande dessa pauta de cidades que se preparam, cidades resilientes que se preparam para os cenários de mudanças climáticas. Então a pauta de mudanças climáticas está muito associada e vinda dentro do indexador comum hoje que o mundo aponta, que é um mecanismo para isso, que se chama neutralização de carbono. Muitos produtos, sistemas oferecidos com essa linguagem de mudança climática, resiliência e neutralização do carbono. Que, quando entrar no assunto do Manual de Sustentabilidade, mais uma vez, indicar que São José dos Campos está, sim, nessa vanguarda de posicionamento com relação a isso. Em paralelo, estava acontecendo em Cáli a COP16 sobre biodiversidade, e o parceiro, o



presidente da Fundação Florestal, Mário Mantovani, participou ativamente, todos os dias, e veio com a mesma informação, de que lá, ainda mais intensamente, o mundo todo se reunindo para falar da questão do carbono. E, mês passado, outubro, o Congresso Brasileiro regulamentou todas, trouxe luz e normas para todo o processo de mercado de carbono regulamentado aqui no Brasil. Entre outubro e novembro, o mundo, intensamente discutindo a questão de neutralização de carbono, e aqui, para o cenário brasileiro, o Congresso promoveu essa regulamentação. Então é um caminho, um indexador de conversas sobre como que as cidades devem se preparar para esse enfrentamento do cenário de mudanças climáticas. E, logicamente, será uma pauta para todos se debruçarem, o CMDU e todos os colegiados, no novo desafio que a próxima gestão do prefeito Anderson Farias terá, que será a entrega do novo Plano Diretor de São José dos Campos. Então será, evidentemente, um tema a ser discutido, nesse colegiado, com relação à preparação da cidade de São José dos Campos. E, boas notícias que demonstram que São José dos Campos tem feito a tarefa de casa. Já está sendo finalizado o novo inventário das emissões da cidade, o último é de 2017, e tem o inventário Basic Plus, e, por uma oferta do Parque Tecnológico, com a empresa DIP, estão finalizando essa atualização, na verdade, com uma metodologia auditável, muito mais ampla, com uma participação de informações da indústria, de uma forma que, assim que ele estiver já nessa fase final de apresentação, será trazida como pauta, possivelmente, na reunião de janeiro do CMDU, para que todos conheçam. Também na fase final a apresentação daquilo que já foi trazido para o CMDU, duas ou três vezes, que é o Plano de Infraestrutura Verde em Soluções Baseadas na Natureza, que foi uma contratação da FCTH USP, com recursos do FEHIDRO, que está sendo finalizado também e vai ser apresentado, e será trazida também como pauta no CMDU. Possivelmente, o prefeito Anderson possa apresentar essas três realizações numa coletiva de imprensa, porque são questões estruturantes para que, em 2025, São José dos Campos possa amarrar essas iniciativas e lançar o Plano Municipal de Mudanças Climáticas. É uma exigência do PEMC, que é a Política Estadual de Mudanças Climáticas, já existente no estado de São Paulo, e que os municípios devem apresentar. E, sobre isso também, recebeu convite do

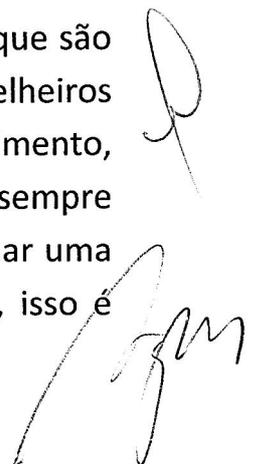


IPT, a oferta de integrar um programa que está sendo lançado, Programa Cidades Carbono Neutro, com a participação do prefeito Anderson no lançamento no próximo dia 10 de dezembro, em São Paulo. Então, justamente por essas inovações, por esses passos dados, por esse aceno definitivo de que a cidade quer sim, sempre avançar com relação à sua resiliência e sustentabilidade em estratégias adaptativas ao cenário de mudanças climáticas. O IPT fez esse convite para que São José seja um dos expoentes dos municípios participantes desse programa. São boas novidades trazidas e compartilhadas, todas elas acenando para o que será apresentado. Presidente dando sequência a pauta, segue com a aprovação da ata de 14/08/2024, enviada a todos os conselheiros no dia 26/09. Presidente pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer, pede que permaneçam como estão aqueles que aprovam, se manifestem os que desejam abstenção ou não aprovação. Nenhuma manifestação, aprovado por unanimidade. Coloca a agenda de reuniões de 2025 para aprovação, parabeniza a secretaria executiva, sempre os colegiados têm uma agenda anual para que todos possam se preparar, se organizar, para próxima reunião que será em fevereiro de 2025. Pede aos que aprovam essa agenda, fiquem como estão, aqueles que não aprovam ou desejam abstenção, se manifestem. Nenhuma manifestação, agenda aprovada por unanimidade. Entra nos informes gerais, o primeiro, um balanço atual dos projetos financiados com recurso do FMDU, a primeira delas é o aprimoramento das funcionalidades do website geográfico, denominado GeoSanja, transferência de tecnologia e capacitação técnica para a Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Passa a palavra para Oswaldo, da Seurbs que vai passar rapidamente a situação dos projetos aprovados junto ao grupo gestor do fundo e na plenária do CMDU. Oswaldo cumprimenta a todos e inicia informando sobre o primeiro projeto é a execução da obra denominada Praça Verão, que fica na Cidade Morumbi. No momento, já está em fase de obra, o contrato 398/24, com 12% de avanço de obra e a previsão do término é abril de 2025. O valor total da obra licitada foi em 2 milhões e 445 mil reais, e a já mediu uma parte e foi pago os 309 mil reais desse ano. É um projeto bem inovador na região do Morumbi, próxima à Linha Verde, e que agrega bastante qualidade naquela região. O segundo projeto, que foi o do receptivo do

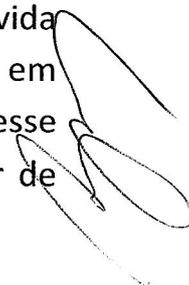
Parque do Cerrado, que fica numa área de lazer do Parque Dom Pedro II, está sendo feita uma requalificação esportiva da área e construindo um local para receber as pessoas que queiram ter mais informações do Parque do Cerrado dentro de um programa da SEURBS para o ano que vem. O projeto também já está licitado, no momento, o contrato está em elaboração. Então, assim que terminar o contrato, o início de obras e a previsão de términos serão de seis meses. O valor licitado foi 1 milhão e 599 mil reais, aproximadamente. O terceiro projeto, que é do Campo dos Alemães, que foi aprovado pelo Conselho, está em fase final de elaboração do edital para a licitação. Que, talvez, no princípio do ano, caminhe e a previsão, a partir do momento que for fechado o contrato, é de seis meses de obras. E o valor que ficou, para a licitação inicialmente proposta pela Prefeitura, deve cair esse valor de 4 milhões e 961 mil reais, aproximadamente. Com relação ao GeoSanja, que foi também um upgrade que buscou recursos do fundo para poder propiciar melhor prestação de serviços para a sociedade, o termo de referência está em fase final de elaboração para uma formalização contratual, prevê 36 meses de vigência. Dentro desses 36 meses, é uma questão muito técnica, o Douglas, que está à frente, passou que são as funcionalidades e tem seis meses para fechamento e prestação de contas. Então, na medida em que tem início ao contrato, acredita que, em meados do ano que vem, tenha alguma coisa inovando. E, com relação ao FMDU, é importante falar que está sendo custeado a implantação do campo de futebol e a qualificação da área esportiva da Vila Adriana, no Putim. O projeto é da Secretaria de Obras, eles pleitearam o recurso, que foi também aprovado no fundo. A obra já foi iniciada em 23 de junho de 2024, o término previsto para fevereiro de 2025. O valor contratado foi da ordem de 1 milhão e 300 mil reais, tem aproximadamente 10% executados. Outra obra com recursos do fundo, na verdade, está aportando parte dos recursos, o restante é do orçamento da Secretaria de Obras. A obra do Mercado Municipal, que foi iniciada em junho de 2024, com término previsto para 24 de janeiro de 2026. O valor contratado da obra no total de 3 milhões e 728 mil reais, o fundo está contribuindo com 700 mil reais. Oswaldo acha importante informar também que o dinheiro do fundo está também contribuindo para o programa de regularização fundiária da Secretaria de Obras, no



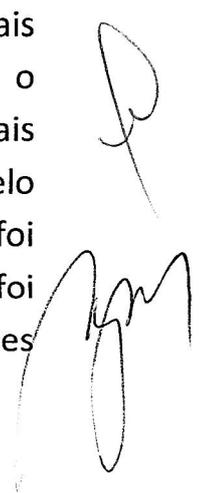
valor aportado é de 2 milhões de reais. A equipe técnica da regularização fundiária está terminando o termo de referência para a regularização, onde serão contratados os serviços em número de lotes a serem regularizados. Oswaldo passa a palavra para o gestor Nassur, que vai apresentar um balanço financeiro do recurso do fundo, e a situação monetária. Nassur cumprimenta a todos, apresenta na tela o extrato do fundo, um saldo em conta na data de hoje de 20 milhões e 532 mil, mas tirando todos esses projetos que estão aprovados, houve uma sobra, hoje disponível, 3 milhões e 727 mil. São 12 milhões e 662 mil em projetos aprovados no CMDU. A receita do fundo, esse ano de 4 milhões e 194 mil, que é composta por 2 milhões e 636 mil de outorga onerosa e 1 milhão e 558 mil de rendimentos financeiros. Houve um saldo desvinculado de 1 milhão e 243 mil, uma devolução de outorga de 189 mil e a devolução da desvinculação, um crédito que entrou para de 570 mil. Que, hoje disponível, no fundo, para novos projetos, 3 milhões e 727 mil reais. Presidente Manara agradece Oswaldo e Nassur e abre para quem queira fazer alguma consideração sobre o que foi apresentado. Nenhuma manifestação. Conclui que, um fundo dessa natureza se mostra que está dinâmico, sendo aplicado, porque o propósito dele não é acumular. Então, quando fala de um saldo de 3 milhões reais, é que ainda há margem para que seja possível trazer novos projetos, novos investimentos estruturantes, investimentos transformadores da realidade de alguns locais, de bairros na cidade. É esse o propósito do uso do recurso vindo da outorga onerosa e aplicado aqui. Presidente agradece também ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e parabeniza a todos os conselheiros do CMDU, porque têm cumprido essa função essencial. Lembra que a dinâmica e estrutura de um fundo desse tem que ser muito bem conduzido, organizado, para que garanta toda a sociedade transparência, participação democrática, a essência de um colegiado, definindo os caminhos, rumos e aplicação de recursos, que são recursos vultuosos, a bem da cidade. Parabeniza a todos os conselheiros que se dedicaram a aprovar e a acompanhar cada um desse investimento, dessa melhoria para a cidade, é uma melhoria para todos. E sempre garantindo que todo e qualquer conselheiro que queira acompanhar uma obra, visitar, organizar uma visita técnica, uma vistoria que seja, isso é



prerrogativa de todos os conselheiros. Basta procurar a Secretária Executiva e agendar uma visita, um acompanhamento, o que queira fazer, se quiserem conversar com a equipe técnica que está conduzindo esses trabalhos, também está franqueado o pleno acesso a todos os conselheiros com relação à utilização dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Esse é um primeiro exercício em que mostra a garra, a competência do Conselho em gerir e aplicar os recursos de um fundo como esse. Presidente agradece ao Teles, que tem pilotado isso também, garantindo esse trilho que a aplicação desses recursos requer, para que possamos não só responder aos conselheiros, responder a eventuais questionamentos do Ministério Público, mas, principalmente, responder ao principal cliente, que é a sociedade, que são todos os moradores de São José dos Campos. Agradece também, a todos aqueles que depositaram no fundo, o setor produtivo, que tem possibilitado isso através do pagamento da outorga onerosa. Parabeniza toda a equipe da aprovação de projetos, Rodolfo, que compõe todo esse esforço para resultar em uma cidade atrativa de investimentos e alimentando o fundo também para isso. Presidente segue com a pauta, apresentação da proposta do Manual de Sustentabilidade no Ambiente Construído de São José dos Campos. Passa a palavra para Carolina, que cumprimenta a todos, inicia dizendo que trará, mais do que o manual, é uma política de sustentabilidade no ambiente construído. Desse o início da elaboração do Plano Diretor, onde vem se introduzindo estratégias de sustentabilidade nas principais leis, edilícias e urbanísticas do município. O que foi feito, na verdade, foi uma grande reunião disso tudo em um decreto único. Que, o manual vem contemplar, nesse momento, todas essas três principais leis urbanísticas e edilícias do município, nesse momento são o Plano Diretor, onde tem o fator de sustentabilidade, a Lei de Zoneamento, nome oficial é a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Nela foram trazidas as práticas, as tecnologias sustentáveis para conversão em áreas sustentáveis. E o Código de Edificações, onde traz as estratégias sustentáveis. Essa regulamentação, esse decreto, vem trazer a devida relevância dessa política e vem consolidar esse processo que iniciou em 2018 com a promulgação do Plano Diretor. Os principais pontos que esse decreto vem trazer, ele regulamenta as estratégias 10 e 11 do fator de



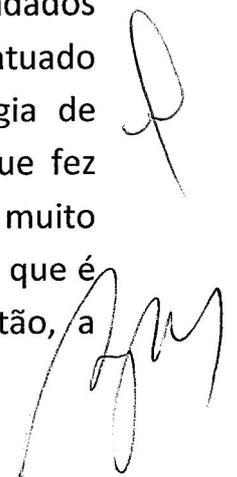
sustentabilidade do Plano Diretor, traz a política de sustentabilidade nas edificações do Código de Edificações. E, ele institui o Manual de Sustentabilidade no ambiente construído. Nessas estratégias 10 e 11, foram colocadas na revisão do Plano Diretor, relacionadas ao fechamento das edificações. Quando tem uma edificação grande, um grande condomínio, um grande prédio, onde coloca um muro fechado para a rua, tem uma situação de insegurança, perde-se qualidade urbanística. Então, uma das estratégias que foi trazida como pontuação para a parcela de incentivo foi que este fechamento não seja um muro fechado ou não haja esse fechamento, ou seja, um gradil. A regulamentação dele ficou pendente, jogou para um decreto, e, nesse decreto, está sendo regulamentado no Manual de Sustentabilidade com as condições de atendimento deste gradil. O próximo ponto é o Código de Edificações, que trouxe nos seus artigos 49 e 50 a existência de uma política de sustentabilidade nas edificações para a aprovação de toda e qualquer edificação na cidade, ela deveria ser regulamentada por decreto. Esse decreto já existe, e está sendo substituído agora por essa nova versão, que traz uma lista de estratégias sustentáveis que precisam ser aplicadas em todas as edificações para a aprovação, cumprindo uma pontuação mínima. Um dos pontos que esse decreto traz, uma novidade, é a possibilidade de pleitear uma pontuação por uma estratégia que não está prevista nessa lista. Essa estratégia vai precisar ser justificada, onde a pessoa, quando entrar com alvará, vai ter que entrar com a proposta, justificativa e será avaliada pela equipe da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, será pontuada por similaridade com as demais existentes já no manual, na lista de estratégias, abrindo uma nova possibilidade. Outro ponto é o selo de edificação onde toda e qualquer aprovação, precisa atingir uma pontuação mínima, que é relativa à área. Até 1.000 metros quadrados, no mínimo, precisa atingir 75 pontos, mais de 1.000 metros quadrados, 150 pontos. Colocado isso, tem o reconhecimento daquelas edificações que fazem mais, que adotam mais estratégias, que fazem uma pontuação maior. O município já tem o selo Municipal de Edificação Sustentável, a programação visual desse selo foi revista agora, com o apoio da comunicação da prefeitura, o design dele foi todo revisto, a pontuação foi mantida. São 250 pontos para edificações

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized initial 'P' at the top and a more complex, cursive signature below it.

com até 1.000 metros quadrados, edificações com mais de 1.000 metros quadrados, 500 pontos. E a novidade agora é o selo de Habitação de Interesse Social. Foi reduzida para os edifícios multifamiliares, para os conjuntos de casas, com esse viés de Habitação de Interesse Social, a pontuação para edificações com mais de 1.000 metros quadrados, para 300 pontos. É um selo especial, selo Municipal de Edificação Sustentável. E, por fim, antes chamado Manual de Estratégias Sustentáveis, porque contemplava apenas o Código de Edificações, agora, se chama Manual de Sustentabilidade no Ambiente Construído de São José dos Campos. Ele foi revisto, a programação visual dele foi revista, de capa nova, trazendo essa complexidade da cidade. Ele não só traz as estratégias do Código de Edificações, traz as estratégias do Plano Diretor, as estratégias da Lei de Zoneamento e também as estratégias do Código de Edificações. Então, comparando a versão hoje vigente, que é de 2022, apenas o Código de Edificações, está sendo incluído as outras leis. Inicialmente, ele se chamava Manual de Estratégias Sustentáveis, agora é o Manual de Sustentabilidade no Ambiente Construído de São José dos Campos. No primeiro manual, tem 87 estratégias e não tem subdivisão em faixas. Nessa nova versão, tem 91 estratégias, com subdivisões em faixas. Se considerar todas essas subdivisões, tem 123 oportunidades de atendimento. Tem um cabeçalho, com toda explicação da estratégia, as condições para atendimento e as condições de comprovação. O cabeçalho, sempre vai trazer o grande item ao qual ele se refere, por exemplo, gestão da água, em cada um desses instrumentos legais, Código de Edificações, Lei de Zoneamento e Plano Diretor, a numeração da estratégia, para ficar mais fácil de identificá-la na lei. Quando não existir em alguma delas foi colocado um tracinho para indicar que não existe, por exemplo, no caso da Estratégia 28, ela só é prevista no Código de Edificações, e, no caso de subdivisão em faixas, elas são graduadas em letras A, B, C, D, como está ali na Estratégia 90. E a pontuação em cada uma das faixas está indicada também nesse início da página de cada uma dessas estratégias. As novidades desse manual são inclusões de faixas, inclusões de novas estratégias, uma revisão geral de textos e inclusão de novas figuras ilustrativas. No manual existem hoje, três estratégias, 82, 83 e 84, que falam de área permeável, variando as porcentagens. Nessa nova

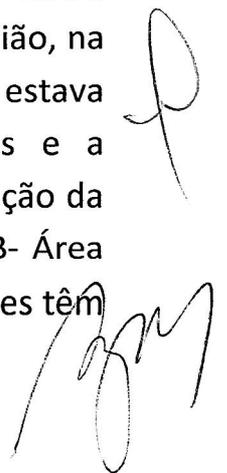


versão, trouxe uma estratégia com faixas de atendimento para selecionar. Fica menos confuso, é uma estratégia só, acaba organizando melhor. Outro ponto é que algumas estratégias não tinham faixas, e foi proposta a subdivisão em faixas para aumentar a gama de possibilidades de atendimento. Teve a inclusão de novas estratégias, destaca a estratégia número 1, que foi, inclusive, uma proposta do secretário Manara, a questão do carbono, da neutralização das emissões de carbono. Então, essa é hoje, na proposta, a estratégia número 1 do manual, neutralização de carbono nas construções. E, por fim, uma revisão geral de textos e inclusão de novas figuras para tornar mais fácil, mais palatável esse manual, ele é bem denso, tem bastante coisa. Carolina se coloca a disposição para tirar dúvidas. Presidente agradece Carolina, parabeniza toda equipe por esse avanço. E, antes de abrir, enaltece alguns pontos, onde a apresentação do manual tem um layout melhor, facilitando a leitura e a interpretação. Ele tem subitens melhor colocados, encaixados, o que realmente é fomentado, proporcionando para que os responsáveis técnicos, ao elaborar projetos, se sintam confortáveis e mais do que isso, se sintam compelidos, junto aos seus clientes, empreendedores, a adotar esses procedimentos dentro do novo desafio, cada vez mais, um ambiente construído dentro dessa pauta de sustentabilidade. E também lembrando que, recentemente, na semana passada, o governo do Estado lançou um programa no bairro Paulista que, dentre outras iniciativas, traz o seu caderno de sustentabilidade. Presidente destaca dois pontos, primeiro, que o item de maior pontuação é exatamente essa inovação, trazendo 75 pontos para obras até 1.000 metros quadrados, já é o ponto que atinge a suficiência para aprovação apresentar a neutralização do carbono. E metade do mínimo exigido para obras acima de 1.000 metros quadrados, de 150 pontos, 75 para a neutralização do carbono. Isso porque a neutralização do carbono, ela traz em si uma série de cautelas e cuidados no ambiente construído que já seriam, por si só, estratificado e pontuado em várias questões, mas apresentando dentro de uma estratégia de carbono neutro, principalmente porque, nessa regulamentação que fez referência, a neutralização do carbono traz outra expectativa de muito interesse para a sociedade e para a cidade de São José dos Campos, que é fortalecer a preservação dos seus ativos de biodiversidade. Então, a

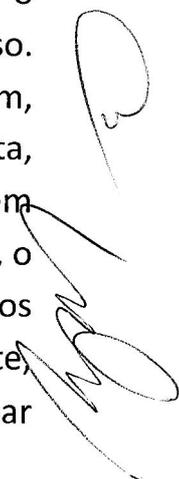


triangulação proposta, aquilo que se chama hoje o mercado regular regulamentado de carbono, proporcionará essa aproximação do setor produtivo com estratégias de conservação de ativos de biodiversidade. E isso se soma a outras políticas públicas de interesse da cidade. Então, é um caminho, um encurtamento, um atalho entre esses caminhos e que é uma relação de ganha-ganha. Quem tem a ganhar é toda a sociedade, a biodiversidade, toda ela está dentro desse cômputo. O artigo 12 trouxe inovações em matéria de equipamentos, insumos, sistemas da construção. A todo momento tem inovações chegando e foi formatado, como era o manual de sustentabilidade anterior, não pontuar aquilo que não está descrito dentro é uma perda de oportunidade. Então, o artigo 12 resolve isso. E, todos os empreendedores responsáveis, tragam inovações que, embora possam não estar no rol de 93 iniciativas que, no artigo 12, se faz uma banca, analisa para acolher e pontuar essa inovação. Então, dando esses dois destaques, logicamente que tem outras tantas melhorias. Com a palavra Maria Rita da Aconvap, que cumprimenta a todos, diz ter levado um susto do tamanho do manual. Que, daqui um pouquinho vai ter uma estante inteirinha só de leis da prefeitura, porque é um absurdo. Que, participa da CBIC, a câmara brasileira da indústria da construção, em uma reunião plenária, discutiram a questão de como somos diversos no país. “Cada um está em um nível completamente diferente do outro, só que o meio ambiente é de todos. Isso tem trazido certa preocupação. Que, estamos discutindo aqui uma cidade sustentável, resiliente, e nossos vizinhos, que convivem com a gente todo dia, têm outro nível, e a gente precisa, de alguma maneira, buscar nossos vizinhos todos, estou falando a nível de Brasil, não só São José, para isso, para trazê-los para isso, porque, por exemplo, na reunião, estávamos discutindo a questão dessas grandes chuvas, desses grandes desastres, e aí o presidente da CBIC colocou que nós, em um determinado momento, vamos ter nós, empreendedores, que ajudar na questão das grandes enchentes e tudo, e ninguém acreditou. Quando eu falei que já é lei há muito tempo em São José dos Campos que eu tenho que fazer a minha bacia de retardo e tenho que fazer uma bacia de retenção nos loteamentos. É a única cidade no Brasil que tem isso, e que, para nós, isso já virou normal, porque já tem um monte de anos que fazemos. E os empreendedores revoltados porque nós temos que fazer

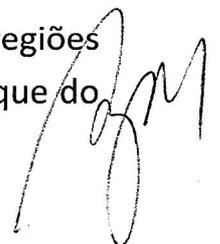
isso, quando, em São José, o empreendedor já assumiu que faz parte dessa cidade inteligente, resiliente. Então, isso é uma coisa que nos preocupa bastante. Em São José, Manara, me preocupa a nível de profissionais de engenharia, a Aconvap, ela não congrega os profissionais de engenharia, ela congrega os empreendedores, mas acho que precisamos, junto com a Associação de Engenheiros, proponham para o ano que vem um grande seminário junto com a prefeitura. Os profissionais têm uma grande dificuldade de aplicar esses itens todos, e, na realidade, todos, se vocês olharem, fazem, tirando uma construção de alto padrão, como lá da Costa Norte, eles pegam os mesmos itens e formam o mínimo de ponto necessário. Eles têm uma grande dificuldade de trabalhar e uma grande dificuldade, inclusive, de conversar com a equipe da prefeitura em relação a isso. Então, estou propondo, junto com a Associação de Engenheiros, que nós façamos um dia de imersão no ano que vem, junto com os profissionais da prefeitura, para que os profissionais entendam melhor tudo isso". Presidente agradece Maria Rita. E, em nome da prefeitura, agradece o espaço dado na Construvale, parabeniza, sugere um breve relato do que foi a Construvale, uma retomada forte, importante, do interesse de um colegiado como esse, como o CMDU. Presidente, deixa aberto, se quiser fazer um informe do que representou essa retomada, e agradecer ao espaço dado, porque foi levado essa proposta e Seurbs com seus profissionais, atenderam, nos quatro dias da feira, dentro do stand, gentilmente cedido para a prefeitura municipal. Quanto a questão desses esforços de resiliência, adaptação à mudança climática, ela não tem fronteiras. Então, é uma pauta que tem provocar o funcionamento que ainda não tem da AGENVALE como região metropolitana. Que não exercitamos, porque desde 2012 São José é região metropolitana, mas uma região metropolitana de papel e não exercitamos as pautas metropolitanas. Essa experiência, nessa oportunidade em Barcelona, Presidente Manara solicitou uma reunião, na semana seguinte a grande catástrofe de Valência. A Espanha estava discutindo exclusivamente a questão das mudanças climáticas e a adaptação das cidades. Que, solicitou uma reunião com a Organização da Região Metropolitana de Barcelona, porque a RM Barcelona, AMB- Área Metropolitana Barcelona, equivalente a AGEMVALE, obviamente, eles têm



um comportamento de região metropolitana e, costumeiramente, na sua história, estão discutindo o efeito contrário da crise ocorrida em Valência, porque Barcelona tem um déficit de abastecimento de água pré-colapso. Eles estão com duas usinas de dessalinização de água do mar e não estão atendendo. Tanto que há, inclusive, um movimento contra o turismo. Isso tudo é planejamento de região metropolitana. A população, sim, surgindo contra a galinha dos ovos de ouro dele, que é o turismo, é uma das capitais do turismo no mundo, porque não tem recursos naturais para prover isso. Então, é um aspecto interessante. Presidente solicitou essa pauta como presidente da CEIVAP, do Comitê do Paraíba do Sul, porque temos analogias e temos similaridades em discussões. Aqui enfrentamos crises hídricas, 2014, 2015, 2021, de abastecimento e pré-colapso. O Paraíba do Sul é um dos únicos rios do mundo que abastece simultaneamente três regiões metropolitanas. Em Bali, fez a mesma aproximação com a secretária executiva da Agência Metropolitana de Barcelona e estão avançando numa proposta de serem regiões metropolitanas irmãs. Essa pauta de resiliência e adaptação é uma pauta de região metropolitana e temos que provocar, cada vez mais, que ter o comportamento, talvez trazer o Marcelo Leandro da AGEMVALE para mais perto, porque podemos contribuir com a nossa experiência de colegiado para tornar mais robusta essa organização. E também o próprio Comitê de Bacia, nessa leitura, que o Paraíba do Sul é a primeira bacia do Brasil a apresentar o plano de gerenciamento de risco. Em abril do ano passado, foi entregue para a sociedade o PGR do Paraíba do Sul, que abarca seis tipologias de enfrentamento de crise. A crise por déficit hídrico, a crise por enchente, a crise por incêndio florestal. São seis, e uma característica especial que é empurrar a Salina, mas está faltando água para empurrar o mar em Campo de Goitacazes, e a cidade está afundando em razão disso. Essas são algumas dessas tipologias bem interessantes. E, por fim, responde para Maria Rita, que a proposta do seminário, acha perfeita, inclusive, poderia ser um seminário no CMDU. E, assim que esteja em vigência esse novo Manual de Sustentabilidade do Ambiente Construído, o CMDU será provocado, no ano que vem um seminário para aproximar os operadores desse manual, que são os profissionais, junto, logicamente, com AEA, CREA, ACONVAP. Presidente coloca em deliberação para tornar



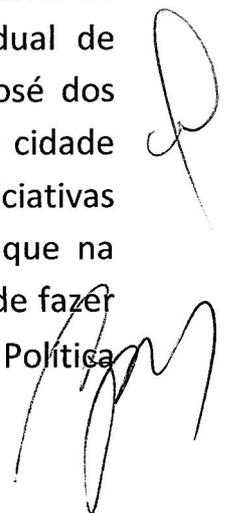
fato e registrado em ata à proposta colocada pela Maria Rita de realizar um seminário para disseminação e tirar dúvidas aos profissionais da arquitetura e engenharia do novo manual, permaneçam como estão aqueles que concordam que o CMDU faça um seminário no primeiro trimestre do ano que vem, se manifestem aqueles que não concordam ou desejam abstenção. Nenhuma manifestação, aprovado por unanimidade. Com a palavra Oswaldo, acha que há uma concordância geral, o próximo passo será editar o decreto do manual de sustentabilidade. Lembra que a secretária executiva já encaminhou por e-mail tanto o manual quanto a minuta do decreto. E nesse período que foi encaminhado os e-mails contendo o material técnico, não houve nenhuma sugestão ou recomendação. Então entende que poderá dar um encaminhamento e a ideia é, então, nas próximas semanas, já editar o decreto para que a já entre em 2025 com a formalização dessa política de sustentabilidade na cidade. Com a palavra Fabiano Porto, que pergunta sobre a AGEMVALE, a fala da Maria Rita foi extremamente relevante. É uma coisa que, inclusive, já tem conversado com outros membros do COMAM, não só do CMDU, sobre a importância de se pensar estratégias de uma maneira mais ampla do que a própria cidade de São José, agir de uma maneira mais metropolitana. Que, participou muito dessas reuniões quando estava assessor do Sérgio Vitor, da AGEMVALE, dos consórcios de municípios, e viu que não há nenhuma conversa sobre a questão dessa parte climática, dessa parte de resiliência urbanística e tudo mais. E quanto a trazer potenciais representantes para o CMDU, gostaria de explorar um pouco mais como fazer, como sociedade civil, para estimular esse debate a nível mais metropolitano, num espaço onde possa participar e propor pauta. Que, não adianta São José ficar como uma ilha de referência, e as cidades vizinhas não adotam esses procedimentos. Acha importante quanto sociedade civil e também o órgão colegiado e o poder público de São José, levar essa pauta para a AGEMVALE. Presidente informa que esteve representando o prefeito Anderson, ano passado, em uma reunião da Frente Nacional de Prefeitos, em Brasília, em que a pauta era as regiões metropolitanas do Brasil. Foi lá que se aproximou mais desse assunto. Na Frente Nacional, eles comentaram que o Brasil tem 74 regiões metropolitanas, mas até quem estava expondo falou assim, “acho que do



Paraíba, Alagoas, não sei, ele falou que, em determinada época, teve um aceno de aporte de recursos para regiões metropolitanas pelo governo federal, e de criar a região metropolitana, e ele falou que a sua região, por exemplo, é metropolitana, mas tem mais bode do que gente”. Mas que realmente tem a característica de região metropolitana não são mais do que 15 no Brasil. Foi um dia inteiro de discussões, região metropolitana no Brasil, e viu também que no mundo é parecido, só discute duas pautas. Transporte metropolitano, que é uma pauta forte, histórica, metropolitana, e gestão de resíduos, que, em essência, também é metropolitana, porque poucos municípios têm condição de equacionar o seu problema de destinação de resíduos sem um consórcio, sem uma parceria. Então são dois temas que normalmente dominam a discussão quando se fala região metropolitana. Todos os outros temas passam ao largo. Quando teve aqui recentemente a discussão sobre o plano diretor da região metropolitana do Vale do Paraíba, fica muito tranquilo em fazer crítica, porque já fez críticas em todas as oportunidades em que participou, achou um plano diretor raso, de baixa complexidade, uma coisa que foi feita no afogadilho só para cumprir tabela. Que, São José, efetivamente, tem um plano diretor de região metropolitana que abarque os interesses comuns, que tenha novos desafios e que seja corajoso para o enfrentamento daquelas pautas de que a região metropolitana, da qual São José dos Campos é uma capital, sem dúvida nenhuma, tem esse desafio. Entende que São José dos Campos, como capital dessa região metropolitana, tem que assumir esse desafio de trazer e proporcionar, junto com a AGEMVALE, outra condição, outro momento para essa região metropolitana. Com a palavra Maria Rita, informa que a AGEMVALE criou vários conselhos da sociedade civil por região, por similaridade, porque temos também uma região metropolitana com realidades completamente diferentes. São cinco, e ela é presidente de São José dos Campos e o Walter, da associação, é o vice-presidente. Acha que, na realidade, teve esse período de eleição muito conturbado, mas já conversou com o Marcelo Leandro, inclusive pretende retomar todo esse trabalho em janeiro. Agora, com eleições de novos prefeitos, a ACONVAP está indo para outras cidades, e já foram convidados pelo novo prefeito de Jacareí, de Taubaté e de Caraguatatuba para participar do novo plano diretor, pela



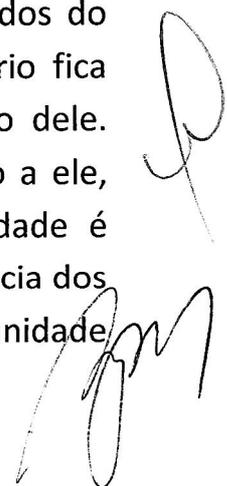
nossa experiência aqui, mas também porque tem sócios em todos esses lugares. Entende que temos, por obrigação, levar o nosso conhecimento de São José, de todo o trabalho que tivemos aqui para esses outros lugares, e eu acho que a sociedade está dentro desses conselhos todos que a AGEMVALE tem, e se juntar, porque os conselhos são formados por prefeitos, esses conselhos da sociedade com o conselho deliberativo para conseguir levar para as outras cidades o que já conseguiram caminhar em São José dos Campos. E, falando da Construvale, foi uma retomada depois de 10 anos. Foi um grande desafio e queriam fazer uma feira ao nível das feiras de São Paulo, tanto que contrataram uma empresa de São Paulo para montar a feira. Foi uma grata surpresa em relação ao volume de negócios em torno de 100 milhões na Construvale. Todo mundo que expôs ficou extremamente surpreso. Que no dia de ontem fechou com o Wagner, que era o seu grande problema, o espaço para outubro do ano que vem já está toda vendida. Todos que participaram, pediram o dobro de estandes, foi um grande sucesso, e terá sempre junto o poder público em todos os níveis, porque não fazem nada se não estiverem juntos. Presidente agradece Maria Rita, informa que esteve na feira por dois dias e realmente a organização, um novo espaço muito bem estruturado, acesso, estacionamento. Presidente segue com a deliberação e pergunta aos que concordam com esse encaminhamento para a publicação do decreto, isso significa que aprovam essa proposta do novo Manual de Sustentabilidade, permaneçam como estão. Aqueles que desejam abstenção ou não aprovação se manifestem. Nenhuma manifestação, aprovado por unanimidade. Parabeniza novamente toda a equipe, dessa elaboração conjunta, sem dúvida vai representar ainda mais um salto de São José dos Campos, que se posiciona como um farol norteador, não sem razão que o próprio IPT chama São José para participar do programa de carbono neutro. E teve a curiosidade de pegar o Plano Estadual de Mudança Climática, e colocar em todos os artigos o que São José dos Campos já tem desempenhado em nome da preparação de uma cidade resiliente e sustentável, já atingiu mais de 80% daquelas iniciativas previstas na política estadual. Que falou ao prefeito Anderson, que na nova jornada dele à frente da Prefeitura, que tenha essa atenção de fazer divulgar, como o Plano Municipal de Mudanças Climáticas, ou Política



Municipal de Mudanças Climáticas, porque a lei exige e nós estamos prontos para isso. Segue com a apresentação da proposta de atualização do Decreto (1930/2012) referente ao Código de Edificações do Município. Presidente sugere que o CMDU aponte para o Marcelo Leandro, dizendo da preocupados com isso e à disposição. São José dos Campos, como primeiro exercício, atuando em nome da AGEMVALE, que é um fundo muito específico. Tem reunião essa semana, com o Fundo Estadual de Recuperação de Áreas Contaminadas. Que, há sete anos negociando com a CETESB, enfrentando o problema, porque decidiram não empurrar para baixo do tapete o problema de áreas contaminadas. Que, para fazer parte do fundo, conversou com o Marcelo Leandro e participa desse fundo como AGEMVALE. Que o ideal é ampliar a participação e o interesse dos municípios, falaram do plano diretor, e também tem uma preocupação adicional. Há uma expectativa de que se possa perder essa estrutura de organização de uma agência metropolitana. O Estado tem pensado outras fórmulas, nessa reestruturação geral que está sendo feita, agora criou o SP Águas. Então, tem uma reestruturação. O encaminhamento proposto é trazer o Marcelo Leandro para uma reunião remota com os conselheiros que tiverem interesse participam. Presidente passa a palavra para Rodolfo, engenheiro da SEURBS, que cumprimenta a todos, inicia com a apresentação do texto já encaminhado a todos os conselheiros com o que foi feito de anotações em relação ao decreto atual e as propostas de modificação. Está entrando de atualização no texto, a inclusão da cerca elétrica na categoria de risco 1 para propiciar a dispensa de licenciamento, mas mantendo, não há alteração da lei, da Lei Municipal 6.057, que regra o licenciamento da cerca elétrica. Tem inclusão no decreto também a figura da concertina, para ficar mais fácil o entendimento e a aplicação, que já está prevista também a concertina na 6.057 de 2002. A inclusão do licenciamento de (CS1-A), pavimentação de terreno com área maior ou igual a 2 mil metros quadrados e o RHS na categoria de risco 2, que é o licenciamento automático. Lembrando, a cerca elétrica é dispensa de licenciamento. Segue a regra, a legislação exige que tenha que atender parâmetros, tem que ter responsável técnico, mas fica dispensado do licenciamento. Os licenciamentos de risco 2 são os licenciamentos automáticos. Retomando, então, a inserção do CS1-A, a pavimentação de



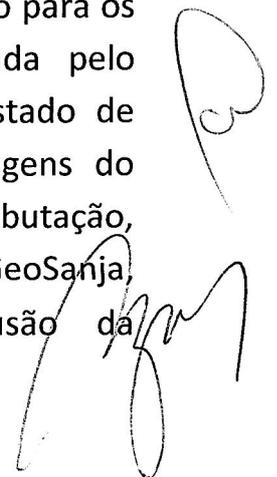
terreno em área maior ou igual a 2 mil metros quadrados e o licenciamento do RHS. O RHS é uma figura inserida na lei de zoneamento em 2019, em que se permite o agrupamento de até nove unidades, nove casas, aliás, oito unidades, oito casas, em um mesmo terreno, os antigos vilages. Todos eles com frente para a via oficial, todos com testada de 5, espaço para vaga para cada um deles. Então, essa figura entra no licenciamento automático. Em consequência disso, o RHS é passível de registro de incorporação. O empreendedor pode decidir registrar a incorporação. Então, o parágrafo, o item do decreto que vedava o registro da incorporação, está sendo eliminado. A consequente exclusão da limitação de registro de incorporação, mas apenas para o RHS. A definição da apresentação do protocolo de anexação, desdobro ou desmembramento para aprovação dos projetos automáticos, do ARA. Hoje, o texto exige a aprovação do desdobro e desmembramento e anexação, só a apresentação do protocolo vai ser suficiente, passa a ser suficiente. A inclusão do termo ou outro formato digital aceito pela plataforma de abertura de processos. Já está lá a figura do JPEG, o PDF, que é o tipo de arquivo padrão para todos os documentos que a prefeitura licencia. Faz parte do plano de governo, aqueles que acompanharam, é proposta capitaneada pelo secretário Manara, de termos, a partir do ano que vem a utilização de inteligência artificial na aprovação de projetos. Especificamente para esses processos de licenciamento automático. Então, a gente não tem definido ainda que formato de arquivo será. Então, por isso a inserção de outro formato digital, para não ficar preso legalmente apenas ao PDF e ao JPEG. O reforço da identificação do proprietário no requerimento, objetivando a correta comunicação do proprietário. Hoje o requerimento padrão, ele já tem já o campo para preenchimento dos dados do proprietário. Endereço, telefone, e-mail, mas é muito frequente não ser preenchidos dados do proprietário, apenas do profissional. E muitas vezes o proprietário fica sem saber qual o andamento que está sendo dado ao processo dele. Porque a gente não tem e-mail para identificação e comunicação a ele, geralmente aparece só o do profissional. Então, a obrigatoriedade é identificar o e-mail do proprietário para que ele também tome ciência dos processos. Lembrando a todos, aproveitando novamente a oportunidade



do Conselho, que todos os processos do Departamento de Aprovação de Obras Particulares e do departamento do arquiteto Rodrigo, diretor de Habite-se e Fiscalização de Obras, eles são possíveis de serem lidos pelo requerente, pela plataforma do PrefBook. Então, não há necessidade de fazer pedido de qual o andamento do processo. Pelo PrefBook, o proprietário vai acessar a plataforma e consegue no campo, nos meus processos, baixar o que a gente chama de flip, que é a íntegra do processo. Isso facilita em muito o entendimento, por que foi para tal setor, por que foi para outro, foi de uma secretaria para outra, um analista fez uma comunicação, um técnico de outra secretaria fez outra comunicação no processo. Então, toda essa sequência de tramitação, que, via de regra, os munícipes faziam uso de processo o dia inteiro, para saber o andamento, hoje já está franqueado para o proprietário pelo PrefBook. A inclusão da transcrição atualizada no texto, porque o texto falava apenas de matrícula atualizada, as matrículas foram criadas na década de 70, então, tem muitos imóveis na cidade que não tem matrícula, tem apenas transcrição. Então, apenas inserção no texto de lei a figura da transcrição atualizada. A inclusão dos documentos previstos no checklist. Então, quando o Código de Obras, 651 de 2022, foi instituído, foi criado o checklist, que são todos os itens que são analisados para aprovação dos projetos. Então, alguns documentos do checklist não estavam presentes no decreto. Estão incluindo os documentos todos para complementação. A exclusão da Declaração de Atendimento das Estratégias Sustentáveis, que era um documento adicional a ser juntado no processo. A ideia é retirar e incluir os mesmos dados da declaração como uma nota do projeto. A tabela com os itens de sustentabilidade, a demonstração da pontuação, hoje já é feito assim. Por uso e costume, os profissionais já têm colocado o modelo de projeto, já define a inserção da tabela dos itens de sustentabilidade, adicionados agora o que foi apresentado pela Carol, os 91, 93 itens. 1, 2, 3, ficou mais fácil. São 123 possibilidades, é mais fácil decorar 1, 2, 3. As novas 123 possibilidades vão poder ser inseridas no próprio projeto, dispensando de ter que fazer a anexação de mais um documento ao processo. A definição do número da inscrição imobiliária como referência de identificação do imóvel. Que, é usual comumente de pedir cópia do carnê de IPTU, a certidão de dados cadastrais. Basta citar o



número da inscrição imobiliária que é possível conseguir pesquisar internamente, resgatar os dados e dar o andamento no processo. A inclusão da declaração de cumprimento das instalações dos itens de estratégias sustentáveis para a solicitação do habite-se. A inclusão no texto da lei, a inserção da declaração dos itens que foram atendidos, a apresentação da declaração de conformidade em substituição à declaração. Hoje está definido que é necessário fazer uma declaração, só que tem situações em que é apenas uma declaração de conformidade. Então está sendo inserida no texto de lei essa possibilidade em substituição à declaração. A declaração de conformidade, dizendo que os projetos de elétrica, hidráulica, estrutural, enfim, os projetos complementares, estão conformes àquela aprovação do projeto para a solicitação do habite-se. A correção do termo coeficiente de aproveitamento básico, a fórmula do decreto atual citava o coeficiente básico, porque quando o decreto foi originalmente publicado, não tinha possibilidade de obtenção de outorga, por exemplo, para o atestado de regularidade. E como agora tem essa possibilidade com a alteração, as alterações que o Código de Edificações sofreu, a correção do termo de coeficiente básico para o coeficiente máximo. Exatamente porque há a possibilidade de aquisição do poder aquisitivo para a obtenção tanto do atestado de regularidade quanto a certidão de área tributada em 2000. A inclusão da possibilidade de uso das imagens do GeoSanja para comprovação da existência da edificação. A equipe do Douglas fez a atualização. Se pesquisarem, tem um mapinha, é interessante brincar para ver até a evolução da cidade. É uma ferramenta muito interessante, tem a certidão de área tributada em 2000, reconhecendo a edificação como existente, a imagem do GeoSanja é de 2000. Tem, dentre as diversas imagens históricas, a imagem do ano 2000 do GeoSanja para essa identificação. A inclusão da apresentação de croquis da edificação para os casos em que a validação da edificação não seja efetivada pelo lançamento tributário. Esse item especificamente para o atestado de regularidade e certidão de área tributada em 2000. As imagens do GeoSanja podem ser utilizadas para os casos em que não há tributação, recorre-se às imagens do GeoSanja. Ao recorrer às imagens do GeoSanja, aquela área totalmente tributada, apresenta-se a inclusão da



apresentação do croqui, para que o pessoal do cadastro faça eventual lançamento retroativo e o registro daquela área que está sendo tributada, que vai receber o atestado de regularidade ou a certidão de área tributada em 2000 e atualização tributária, atualização do IPTU. A inclusão da ciência anuência do proprietário quanto a eventual tributação retroativa, que isso hoje já é efetivada, é uma declaração feita, apartada, dentro do documento anexado ao processo. A inclusão da possibilidade de reconhecimento de áreas existentes PGT, polo gerador de tráfego, com área construída computável de até 1.500 metros quadrados, isso já foi definido na 685, uma discussão ampla que tivemos aqui a apresentação nesse conselho, uma discussão entre a SEURBS e a SEMOB para definir a possibilidade de emissão do atestado de regularidade, a certidão de área tributada em 2000, para polo gerador de tráfego, que antes era vedado, até o advento da 685 não podia se emitir o atestado de regularidade para PGT. Nessa discussão foi aberta essa possibilidade com a restrição da área de 1.500 metros quadrados, seguindo a legislação que cabe à análise viária do PGT. Quem for PGT e for fazer uso do atestado ou da certidão, abre-se o processo, vai ser feita a análise pela SEMOB, análise da diretriz, como se fosse uma análise da diretriz viária, porque efetivamente é um PGT. Então, segue exatamente as mesmas regras que o PGT hoje, porém limitado aos 1.500 metros quadrados. A inclusão da apresentação de AVCB, licenciamento ambiental e vigilância sanitária para os próprios públicos que venham a ser objeto de atestado de regularidade nos casos em que couber. Com a palavra Fabiano Porto, pergunta se no caso dos 1.500, que até foi a contribuição do André Fischer, que infelizmente não pôde continuar até o final, ele colocou aqui no chat se seria possível acrescentar, nesse termo, falando que a área construída compatível superior a 1.500, nesses casos caberá a análise dos setores responsáveis o atendimento aos requisitos legais, para olhar para as questões das edificações que têm mais que 1.500 e ficam atuando de forma irregular, se seria possível incluir essa possibilidade, essa redação? Nesse capítulo 20, parágrafo 2, item 10, e também se aplica ao capítulo 21 do artigo 33, que colocar esse aviso, e nesses casos caberá análise dos setores responsáveis o atendimento aos requisitos legais. Porque, segundo ele, existe vários prédios, várias edificações superiores a 1.500 e que

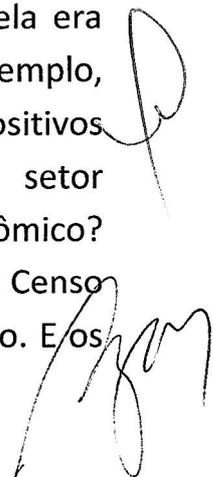


poderiam, eventualmente, serem regularizadas seguindo os requisitos e os estudos. Pergunta se isso seria possível?. Rodolfo responde que não seria possível, porque o decreto está regulamentando lei. A definição desse limite de 1.500 foi feita em lei complementar, lei complementar 685, desse ano, de 2024, discutida no conselho. Essa limitação está definida em lei. O decreto só está regulamentando como essa lei vai ser aplicada. Então, não há possibilidade de avançar além do limite de 1.500. Rodolfo agradece, apresentou os pequenos ajustes, como a Maria Rita até falou, tem que ter uma estante de leis em casa, ficaria complicado fazer apenas correções em alguns artigos. Então, optou-se por revogar o decreto atual, 19.030, e publicar um decreto novo com todas as alterações. A ideia é exatamente essa, se for conferir o decreto atual é de 2022, foi publicado junto com o código, mas cabe a parabenização ao secretário por dar essa abertura de fazer essas atualizações sem medo. Foi colocado em prática, há dois anos usando e tem ajustes a serem feitos, enfrentar essas correções, dentro dos conselhos, fazer as apresentações, mostrar para a sociedade civil o que está sendo proposto e o objetivo é melhorar o texto. Presidente agradece e parabeniza Rodolfo, toda a equipe. Que, essa questão que o Rodolfo observou agora, também decorre da maturidade de um colegiado. E, traz segurança para discutir, abrir aqui de forma transparente, democrática, participativa, todo e qualquer assunto, por ter justamente um conselho maduro, um conselho robusto e estruturado para aprimorar as discussões. Uma grande oportunidade sempre colocar pautas para o CMDU, porque é um conselho responsável e responsivo, atende de forma efetiva àquilo que a cidade pede. Então, esses aprimoramentos decorrem também dessa maturidade e dessa robustez do CMDU. Coloca para deliberação, e pergunta àqueles que concordam que aprovam a atualização do Decreto 19.030 de 2012, referente ao Código de Edificações do município, permaneçam como estão. Aqueles que desejam abstenção ou não aprovação se manifestem. Nenhuma manifestação, proposta de atualização aprovada por unanimidade. Presidente aproveita a oportunidade para informar aos conselheiros, que na semana passada, foi realizado o 4º fórum latino-americano e caribenho de florestas urbanas, com grande sucesso, é um evento da FAO/ONU, junto com a Sociedade Brasileira de Arborização



Urbana e Prefeitura de São José dos Campos, contou com uma série de patrocinadores, conselheiros do CMDU e do COMAM. Agradece a todos os patrocinadores, a AGENVAP foi patrocinadora, a ELO, que também são grandes plantadores de floresta. Foram apresentados números que indica o quanto que o setor privado também planta de arborização, parabeniza toda a equipe da DGA, a equipe do Juarez, a Nani, o Carrilho, o Ronaldo Gonçalves, o secretário adjunto que, deu quase um esgotamento, porque organizar um evento internacional é uma coisa de muita intensidade, mas o resultado, cerca de 400 pessoas. Agradece o Teles e Nassur, dias sem dormir, até os 45 do segundo tempo esperando os recursos chegar para poder comprar passagem aérea, enfim, mas, deu tudo certo, 400 pessoas de 14 países, discussões muito intensas, um grande sucesso o Fórum Latino-Americano de Florestas Urbanas, que São José dos Campos foi escolhido, a primeira vez no Brasil esse fórum é realizado, e foi escolhido em uma reunião em Washington, em 2023, e por que São José dos Campos? Pela excelência da qualidade da gestão do patrimônio arbóreo, o projeto, o programa Arboriza o fato de São José dos Campos ser, pela Fundação Arbor Day, da ONU, escolhida nas cinco edições que existe esse programa no mundo, São José dos Campos foi reconhecida como uma Three Cities of the World, então, essa excelência na gestão da arborização urbana é que promoveu isso, e como resultado também desse fórum, São José vai recepcionar o Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, com mais 400, 500 pessoas vindo para setembro de 2025. E um detalhe, representantes do México, do Chile, absolutamente todos, maravilhados com nossa cidade. Nenhuma pichação na cidade, a qualidade urbanística de São José dos Campos, a mobilidade, zeladoria. Simone Borelli, representante da FAO, rasgando elogios para a nossa cidade, então, compartilhar com o Conselho, o CMDU tem muito dessa mão em colaborar, numa gestão na coisa pública, dessa excelência dos resultados. Presidente passa a palavra para Marcelo Reis com a apresentação da proposta de subsetorialização econômica do perímetro urbano. Inicia falando sobre um assunto que parece meio complicado, duas palavras compostas, subsetorização socioeconômica, mas vai destrinchar, vai mostrar que é bem simples. Na verdade, é a criação de uma unidade territorial, que é o subsetor socioeconômico, já tem o setor, esse é um

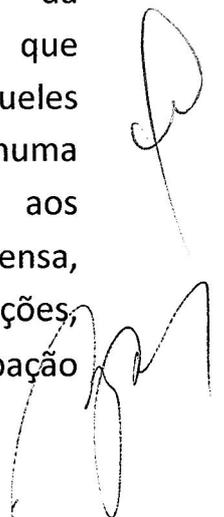
trabalho da divisão de pesquisa, coma alguns trabalhos, como as estradas municipais, o plano diretor, colaboram também com algumas categorias e agora propondo a subsetorização socioeconômica. Marcelo vai apresentar o conteúdo da apresentação, são nove slides, vai falar um pouco sobre unidades de análise, depois sobre os setores socioeconômicos que já existe, a proposta de subsetorização, de onde ela surgiu, o mapa e trazer alguns dados bem básicos sobre os subsetores. As unidades territoriais são criadas basicamente por dois objetivos, elas são unidades de análise e de referência. A análise, pela própria definição do dicionário, é a desagregação do dado. Muitos dados que estão na escala municipal e precisa ser estudada numa escala regional, numa escala de setor socioeconômico que já existe, ou numa escala de subsetor. Com a subsetorização vai conseguir ter 173 unidades territoriais no perímetro urbano que vai poder agregar dados, vai poder trazer dados de população, dados ambientais, dados de atividade econômica, enfim, dos mais diversos. E outro objetivo da criação de unidades territoriais também é a referência. A referência é ter uma forma de se comunicar sobre unidades territoriais, uma maneira das pessoas e os técnicos da prefeitura, empreendedores, gestores, nomearem e se comunicar sobre essas diferentes partes. Tem várias categorias que vão desde a cidade até as regiões, já são bem estabelecidas, as pessoas falam que moram na Zona Sul, moram na Zona Oeste, e agora indo para os subsetores que é essa categoria mais detalhada de referência espacial. E, para detalhar um pouco mais como essa referência espacial, por exemplo, em políticas públicas. Um concurso que foi feito aqui pela prefeitura, para o cargo de agente comunitário de saúde, concurso setorizado, ele foi por regiões, não setorizado, as vagas eram específicas de regiões e um caso de uma pessoa que se inscreveu na região errada, enfim, o RH consultou e, de fato, a era pelo endereço da pessoa, ela estava inscrita na região centro e ela era moradora da região norte. Marcelo mostra na tela um segundo exemplo, acha que todos conhecem os aplicativos de clima, de dispositivos celulares, que trazem normalmente a informação do setor socioeconômico onde você está. Por que traz setor socioeconômico? Porque até o plano diretor de 2006, que foi usado pelo IBGE para o Censo 2010, tinha essa unidade do setor socioeconômico com um número. E os



desenvolvedores de software, de aplicativos de celular, eles usam essa malha que o IBGE disponibiliza, porque para não ir de cidade em cidade, eles pegam a malha do IBGE e essa malha mostra em São José dos Campos os setores com números, diferente se forem em São Paulo, vão estar em Pinheiros, vai ter a previsão de tempo para Pinheiros, no Butantã, vai ter a previsão. São José ainda não conseguiu isso, mas o que se espera com essa proposta dos subsetores, é ter nomes mais amigáveis, Vila Ema, Esplanada, Bosque dos Eucaliptos, os desenvolvedores de software trazem também essa referência e você consiga ter na previsão do tempo o local, o bairro de fato se está. Os setores socioeconômicos já existem, estão previstos no artigo 14 do Plano Diretor, Lei Complementar 612, que define no anexo 5, o mapa dos setores socioeconômicos. Presidente pergunta se o clima, os alertas da defesa civil, também será mais direcionado ou não, ou são um sistema diferente?. Marcelo responde que não, já que normalmente se usa a base do IBGE, que é uma base unificada para o nível nacional, como não tem uma categoria de bairro, o setor socioeconômico acaba sendo padronizado. E, se falar de defesa civil, está falando de um escopo bem amplo de ações, o Cemaden, aqui em São José, tem os pluviômetros que ele identifica por bairro, um no alto da ponte, no Freitas, tem uma rede de pluviômetros com o nome do bairro, mas os alertas em si, normalmente usam informações do IBGE. Os setores socioeconômicos já estão definidos no plano diretor, e agora parte para a proposta de subsetorização. Essa proposta vem preencher unidades mais específicas, que sejam mais homogêneas do que o setor, então muitas vezes tem um setor tão amplo que ele pega realidades díspares, realidades não muito homogêneas. Então, em relação tanto ao ambiente urbano, a característica da cidade, quanto à população. O método usado na divisão de pesquisa foi o confronto das unidades já estabelecidas, como setores censitários que o IBGE faz levantamento de população, que é um dado muito importante, os limites de loteamentos respeitados, levantamentos de dados existentes, tanto quantitativos quanto qualitativos, dados históricos, por exemplo, discussão e os ajustes finais que foram feitos, os critérios, todo subsetor está dentro de um respectivo setor socioeconômico, então foi cruzado fronteiras, não foi criado subsectores que estão em dois socioeconômicos diferentes. As unidades,



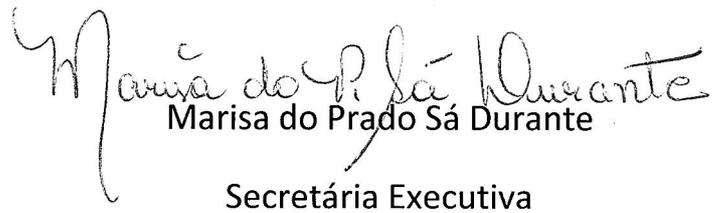
os subsetores, no caso, têm uma escala mais próxima ao bairro ou ao espaço de vizinhança imediata, então gera também uma identificação das pessoas. Os subsetores têm que ter população ou um equipamento público ou privado de importância. Na proposta que tem um subsetor da Petrobras, por exemplo, não tem população, mas a gente circunscreveu a Petrobras em um subsetor específico. E o subsetor não vai substituir outras figuras de localização, como os loteamentos, que é a maneira como aqui em São José normalmente se complementa o endereço, rua tal, as pessoas chamam de bairro, mas na verdade é o loteamento. Não se pretende substituir isso ou fazer abairramento. Setores socioeconômicos também, os setores fiscais, que são usados pela Secretaria da Administração Fazendária da Prefeitura, abrangência de políticas públicas e programas, abrangência de UBS, por exemplo, escolas, embora que os subsetores vão poder ajudar na construção dessas políticas públicas e programas. São 173 subsetores, setor socioeconômico atual do plano diretor, e no mapa Marcelo mostra uma divisão mais ou menos que segue escala de vizinhança, talvez na região do Aquarius, separando do Colinas, são quatro subsetores dentro. Se for para a Vila Adyana, é separado do Jardim Maringá, do São Dimas, com isso é possível ter esse detalhamento melhor da informação. Que, a informação com os dados do censo demográfico já poderão ser disponibilizados para a população dos subsetores socioeconômicos. A proposta é que isso seja oficializado como decreto. A divisão de pesquisa já utilizou os subsetores no censo anterior de maneira informal, para trabalhos internos da prefeitura, mas agora pretende tornar como decreto para utilizar formalmente os subsetores. Marcelo agradece e fica aberto a comentários e sugestões. Presidente pergunta se tem alguma manifestação, ninguém. Leva a proposta para deliberação, aprovação para encaminhamento para decreto da subsectorização socioeconômica do perímetro urbano. Pede aos que aprovam esse encaminhamento para decreto fiquem como estão, aqueles que desejam a abstenção ou na aprovação se manifestem. Nenhuma manifestação, aprovado por unanimidade. Presidente agradece aos conselheiros, pauta cumprida em tempo razoável, uma pauta extensa, mas muito importante, e várias decisões, encaminhamentos e aprovações, todas elas por unanimidade, e numa plenária cheia, uma participação



remota também, agradece a todos os conselheiros, parabeniza o CMDU por um ano tão produtivo, e que todos tenham um excelente final de ano, boas festas a todos, e que o CMDU se fortaleça cada vez mais em 2025. “E mais uma vez agradecer e parabenizar a secretária máster Marisa, que tornou possível esse ano as grandes realizações”. Nada mais a declarar encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara
Presidente



Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva



PREFEITURA
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

COMITÊ DE CONSELHOS MUNICIPAIS
LISTA DE PRESENÇA

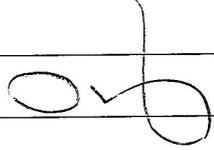
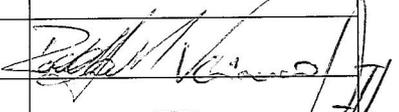
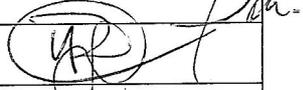
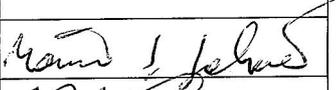
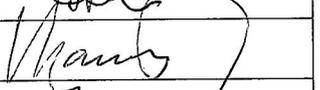
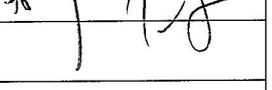
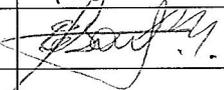
DATA: 03/12/2024

HORÁRIO: 9:30hs

LOCAL REUNIÃO: AUDITÓRIO DO 7º ANDAR-PAÇO MUNICIPAL

CONSELHO: CMDU-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

NOMES	REPRESENTAÇÃO	ASSINATURA
TITULAR: FABIANO DE PAULA PORTO	INST REG. GLOBAL	Remoto
SUPLENTE: ANDRÉ BUENO FISCHER	INST REG. GLOBAL	
TITULAR: ITALO GIOVANI GARBI	OAB	
SUPLENTE: KLAUS COLEHO CALEGÃO	OAB	
TITULAR: WALTER BRANT ZARONI DE PAIVA	AEA	
SUPLENTE: ROLANDO RODRIGUES	AEA	
TITULAR: CLAUDIA MARIA DE ALMEIDA	INPE	Remoto
SUPLENTE: MILTON KAMPEL	INPE	
TITULAR: ANGELA A. LEMES DE P. FERNANDES	AELO	
SUPLENTE: ROGÉRIO LEMES DE PAIVA	AELO	
TITULAR: MARIA RITA DE C. SINGULANO	ACONVAP	
SUPLENTE: JOSÉ RENATO DIAS FEDATO	ACONVAP	
TITULAR: FRANCISCO MONTEIRO MOYA	CDTCC	
SUPLENTE: MARIANA M. DE SOUZA COSTA	CDTCC	
TITULAR: WAGNER ORLANDI	CIESP	
SUPLENTE: CAROLINA F. SILVA / BRUNO FROSSARD	CIESP/ASSECRE	
TITULAR: MARISA PÚLICE MASCARENHAS	CEMADEN	Remoto
SUPLENTE: REGINA CELIA DOS SANTOS	CEMADEN	
TITULAR: MARCELO NUNES DA SILVA	ASS. PQ. TECNOLÓGICO	
SUPLENTE: RENATO PASCHOAL GOMES	ASS. PQ. TECNOLÓGICO	
TITULAR: TACIANA SILVA MIRANDA BOUÉRI	AMESATÉLITE	

SUPLENTE: JOSÉ BENEDITO DIAS	AMESATÉLITE	
TITULAR: FABIANA L. DA SILVA FERREIRA	ASS. RES.DAS FIGUEIRAS	
SUPLENTE: EDUARDO LACERDA LIMA	ASS. RES.DAS FIGUEIRAS	
TITULAR: OSWALDO VIEIRA DE PAULA JUNIOR	SEURBS	
SUPLENTE: PAULO HENRIQUE CAON OLIVEIRA	SEURBS	
TITULAR: JUAREZ VASCONCELOS	SEURBS	
SUPLENTE: CARINA FERREIRA CHAVES	SEURBS	
TITULAR: RODOLFO MARCOS VENÂNCIO	SEURBS	
SUPLENTE: CARLOS EDUARDO LIMA XAVIER	SEIURBS	
TITULAR: RODRIGO UBIRATÂ GUNTHER LUX	SEURBS	
SUPLENTE: ADRIANA C. DA ROCHA SUZUKI	SEURBS	Remoto.
TITULAR: RONALDO G. DOS SANTOS	SEURBS	
SUPLENTE: GIOVANI KLIEMANN SILVA	SEURBS	Remoto
TITULAR: RONALDO R. DA CUNHA FILHO	SEMOB	Remoto
SUPLENTE: CAMILA RODRIGUES DE OLIVEIRA	SEMOB	
TITULAR: RODOLFO DE SOUZA ALVES	SEMOB	
SUPLENTE: MÁRCIO DOS SANTOS GALVÃO	SEMOB	
TITULAR: RICARDO A.DE CARVALHO BRUM	SGHO	
SUPLENTE: POLLYANNA HORTA DRUMOND	SGHO	
TITULAR: MASSUO KIMURA	SGHO	
SUPLENTE: FÁBIO SANT`ANNA RIBEIRO	SGHO	
TITULAR: FLÁVIA DI BISCEGLIE PITOMBO	SGHO	
SUPLENTE: ALLAN DOUGLAS FERREIRA	SGHO	
TITULAR: JEAN ALMEIDA DO VALE	SAJ	
SUPLENTE: RAMIRA DE F. DA S. ANTONIASSI	SAJ	
TITULAR: RODOLFO CESAR	SIDE	
SUPLENTE: AUGUSTO JOSÉ DELFIM MOREIRA	SIDE	Remoto
TITULAR: EDSON LUIZ ANTUNES AMARAL	SASC	
SUPLENTE: JACY MARY M. MOREIRA ISHIZUKA	SASC	
TITULAR: ANDRÉ LUIS CARDOSO	SMC	Remoto
SUPLENTE: DOLORES MORENO PINO	SMC	

TITULAR: RITA MARIA CARNEIRO GRANADO	SS	
SUPLENTE: FABIANA DE FREITAS S. AUGUSTO	SS	
TITULAR: ANDRÉIA ALMEIDA FERNANDES	SEC	
SUPLENTE: JULIANA AP.DE OLIVEIRA FERREIRA	SEC	Remoto.
TITULAR: PATRICIA LOBODA FRONZAGLIA	SGAF	
SUPLENTE: MARCELO CHUN NAN HUANG	SGAF	Marcelo Huang
TITULAR: ALEXANDRE LOBO BEIG	SG	
SUPLENTE: SANDRO SOUZA MENDES	SG	Sandro Mendes

